

**PIKETTY, Thomas. Uma Breve História da Igualdade.  
Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022. 304 páginas.**

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-4321>

Júlio César Amorim Castro<sup>1</sup>

*Resenha recebida em 29/5/2023. Aceita em 16/6/2023.*

O livro “*Uma Breve História da Igualdade*” – publicado em 2022 pelo professor de Economia e escritor Thomas Piketty – tem como objetivo mostrar, através de dados históricos, como as relações de poder determinam as políticas públicas para que essas transformem de forma mais igualitária uma sociedade. Piketty é atualmente um dos mais célebres economistas, com seus estudos concentrando-se nas desigualdades sociais. Ele já recebeu inúmeros e importantes prêmios, tais como: i) melhor jovem economista da França (2002), Prêmio Yrjö Jahnsson (2013), pela sua contribuição significativa à pesquisa econômica na Europa; iii) escolhido para receber a “Legião de Honra” do governo francês (2015), mas recusou em tom de protesto.

A obra literária em tela, a mais recente do autor, é composta por dez capítulos, muito bem escritos, com base em fatos históricos, em que ele começa a descrever as diversas revoltas frente às injustiças sociais. Thomas Piketty sempre diz em suas entrevistas que gostaria de contar, (através de uma pesquisa) como algumas sociedades lutaram pela busca da igualdade, já que as origens e as consequências da desigualdade são muito conhecidas. Para ele, a história da igualdade deve ser melhor compreendida em nossa sociedade.

De acordo com o autor, o desenvolvimento sustentável passa por entender e mensurar as desigualdades. O pensamento de que com a globalização todos ganham, sem considerar as especificidades sociais de cada país, é anestesiante, uma ilusão que devemos abandonar o mais rápido possível.

Nos primeiros capítulos, através de gráficos, o autor mostra que, no âmbito global, tanto no setor educacional quanto nos serviços de saúde à população teve significativa melhoria ao longo dos anos: a escolaridade da população se elevou e as expectativas médias de vida aumentaram. No entanto, Piketty menciona que o que se tem é um ritmo de progresso diferente nas diversas sociedades.

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Bacharel em Administração pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Professor no Bacharelado em Administração e em Ciências Contábeis da UEMG.

E-mail: [julioesarmetal@yahoo.com.br](mailto:julioesarmetal@yahoo.com.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2877-3614>

No livro, o autor nos apresenta que, assim como a população mundial, a renda média por habitante multiplicou-se mais de dez vezes entre os anos de 1700 a 2020. Em 1700 éramos aproximadamente 600 milhões de pessoas, e em 2020 somos 7 bilhões. Ainda em 2020, a paridade do poder de compra era de dois mil euros por habitante no mundo, enquanto que em 1700 era de oitocentos euros mensais. Em ambos os casos, isso significa um crescimento médio de cerca de 0,8% ao ano ao longo de 320 anos. Mas as diferenças patrimoniais eram enormes.

É relatado ainda, como exemplo, que às vésperas da Revolução Francesa (1789), a aristocracia – que na época era 1% da população, mas correspondia a mais de 50% dos grandes proprietários privados – foi chamada para compartilhar, através de leis, seus bens e direitos junto a toda a população francesa. A insatisfação popular, na época, era grande devido a essa concentração patrimonial. O Código Civil de 1804 foi um marco jurídico que emergiu justamente para acabar com esses privilégios, de modo que os aristocratas pudessem pagar mais impostos ao Estado do que os camponeses, sendo que esses quase nenhum bem possuíam.

Assim como a França, todos os países da Europa tiveram, em algum momento de sua história, debates sobre a origem da pobreza e as formas de repartir a riqueza. As revoluções, guerras e mudanças políticas foram o reflexo dessa insatisfação popular em momentos importantes na “vida” de diversos países. À medida que o debate popular acontecia, a sociedade “pedia passagem” em ser ouvida e fazer as mudanças que consideravam necessárias.

No livro consta que a distribuição de propriedade/moradia na França melhorou de 1780 até 2020. A parcela dos 10% mais ricos, que antes disso detinham cerca de 85% do total das propriedades privadas (ativos financeiros, imobiliários, deduzidas as dívidas), agora tem 65%. Ainda assim, a parcela dos 50% mais pobres ainda tem apenas de 8% a 9% desse total das propriedades privadas. Ouve poucas melhorias no que se refere à aquisição de propriedades por parte da classe mais pobre francesa. A desigualdade nos tempos atuais ainda persiste, mas a desigualdade de renda é menos extrema do que a da propriedade.

Ao analisar a desigualdade sobre a herança na cidade de Paris, a participação dos sobrenomes nobres em 1780 representava 50%; em 1910 passou para 11%. Antes da Revolução Francesa o país era composto por aristocratas donos das principais propriedades, com interesses voltados à perpetuação do poder. A desigualdade da sociedade francesa foi o “estopim” para o início de uma revolução que colhe seus resultados até nos dias atuais, não apenas por desdobramentos históricos mundo afora, mas por internamente hoje a sociedade francesa ser mais diversificada – inclusive economicamente.

O livro conta com um capítulo dedicado a herança econômica, social e institucional escravocrata de regiões colonizadas e os respectivos ganhos dos colonizadores. Esse fator desempenha papel central no enriquecimento da maioria dos países ocidentais. Piketty atesta o que outras pesquisas também demonstram: o desenvolvimento do sistema capitalista industrial ocidental se deve à divisão internacional do trabalho, a exploração predatória dos recursos naturais e a dominação militar que aconteceram a partir dos séculos XVI e XVII, e que se aprofundaram nos séculos XVIII e XIX.

Não tem como contar a história da igualdade sem considerar os aspectos escravocratas e coloniais. O caso do Haiti é um nítido exemplo de como foi a subjugação das pessoas por seus colonizadores, deixando em dificuldades financeiras este Estado até os dias atuais diante, por exemplo, dos pagamentos impostos para serem independentes frente à colônia que os explorava – a França. As experiências do caso da guerra do ópio chinês no século XIX também são expostas nesse livro, bem como o sistema escravocrata dos Estados Unidos e sua guerra civil (chamada de americana ou de Secessão, ocorrida entre 1861 e 1865). Casos como esses, que levaram as pessoas a se revoltarem contra o poder instituído, são fartos na história.

Piketty defende que a escravização desempenhou um papel central no desenvolvimento dos Estados Unidos, país esse que foi criado como uma colônia escravocrata e assim permaneceu por longos anos. Dos quinze presidentes que se sucederam até as eleições de Abraham Lincoln, em 1860, onze eram proprietários de escravos – dentre eles George Washington e Thomas Jefferson.

A própria guerra civil americana teve início também por interesses escravocratas: os estados do Sul queriam permanecer com escravos enquanto a parte norte queria que o Estado decretasse o fim da escravidão e mandasse de volta à África os escravos. Os estados do Sul, no instante que se foi definido que as terras mais à Oeste dos EUA seriam distribuídas a eles (sem critério por não considerar toda a nação) também não aceitou porque calculavam que podiam emergir grandes latifundiários no país. A solução foi fazer uma reforma agrária tendo as terras à Oeste espaço de povoamento rumo ao Oceano Pacífico.

Justamente a guerra civil americana, de disputa entre dois movimentos ideológicos, fortaleceu o país por levar a ocupação territorial da Costa Leste à Costa Oeste, detendo então grande poder. Os detalhes, não apenas desses fatos históricos estadunidenses, mas de outros países, são discutidos e apresentados aos leitores em detalhes ao longo desse livro.

Quando se analisa os fatores históricos, Piketty menciona que as pessoas de hoje não são individualmente responsáveis pela escravidão, mas boa parcela desses povos que outrora foram colonizadores goza de privilégios adquiridos via um passado de escravização. Países que não escravizaram tiveram a oportunidade de criar soluções dentro de seus limites territoriais. Não eram os mais ricos no passado (com colônias), mas ao longo de séculos desenvolveram uma socialdemocracia participativa sólida, justamente por não terem opções de conquistar outros povos e territórios – seus ganhos se deram no médio e no longo prazo.

O livro dedica, ainda, um capítulo à análise do sistema desigual das eleições da Suécia no passado. Explica que essa nação tinha um sistema bastante arcaico, em que um candidato poderia representar apenas uma província, mas que todas as províncias poderiam votar nesse mesmo candidato. A mudança aconteceu através de alterações nas relações de forças que acabaram por mudar as instituições, via mobilizações sociais com trajetória tortuosa, repleta de reveses e sucessos.

Piketty remete a muitos outros exemplos da França, pelo fato deles serem bem conhecidos na literatura econômica, por hoje ser um dos países menos desiguais e ter alta representação democrática. O autor apresenta um gráfico que mostra a queda relativa dos 10% mais ricos quanto a hiper concentração de propriedade e, também, a elevação de 40% para 50% da participação da classe média quanto à detenção das propriedades privadas francesas.

De modo mais geral, os exemplos e gráficos trazidos à baila pelo autor acabam por revelar que o continente europeu é mais igualitário do que a sociedade estadunidense nos tempos atuais. Em um dos gráficos, entre os anos de 1940 e 1980, tanto a Europa – representada por Reino Unido, França e Suécia – quanto os Estados Unidos vinham de uma forte queda da participação dos 10% mais ricos no total das propriedades privadas. Esse movimento inverteu-se, ainda que parcialmente, no período de 1980 a 2020, principalmente nos Estados Unidos pela desigualdade que vem aumentando.

Diante dessa desigualdade na posse de propriedades, não só na Europa, mas nos Estados Unidos e no Japão, a classe política começou a discutir e a implantar nas décadas de 1930 e 1940 impostos sobre altas heranças (grandes fortunas). A alíquota marginal de tributação incidente sobre a herança, que, em média, era de 12% nos Estados Unidos entre 1890 a 1932, foi para 75% de 1932 a 1980 e 50% de 1980 até hoje. Nesses mesmos períodos, as alíquotas no Reino Unido foram de 25%, 72% e 46%, respectivamente. No Japão subiram de 9% para 63%, na Alemanha de 8% para 32% e na França de 15% para 39%.

O livro detalha que, entre 1914 e 1980, as desigualdades de renda, que já vinham caindo, foram fortemente reduzidas em todo o mundo ocidental (Suécia, Reino Unido, Alemanha, França, Estados Unidos e outros.). Dois fatores foram primordiais para que isso acontecesse. Primeiro, o fortalecimento do Estado social por meio de políticas que privilegiaram a educação pública, a saúde e a proteção social. Segundo, a adoção do imposto progressivo sobre a renda e a herança junto com um gasto público em prol da sua população através de orçamentos que protegiam as funções do Estado (sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, denominado de *keynesiano*).

É importante salientar que todos os gráficos apresentados nesse livro estão disponíveis em um *site* no idioma francês e inglês para consultas e futuras pesquisas – o que enriquece ainda mais a leitura dessa pesquisa. O autor assevera que a falta de dados estatísticos de longo prazo disponíveis para a maioria dos países atrapalha muito a elaboração de projetos de pesquisa e conclusões mais robustas e realistas sobre os movimentos históricos dessas sociedades (um caso que o autor destaca nesse sentido, inclusive, é o do Brasil).

O autor destaca também o quão importante foram as lutas sindicais para que o debate social e as intervenções públicas emergissem em determinados países. Não apenas o movimento Iluminista (em especial o francês do século XVIII), mas o apelo do homem para o bem comum disseminou ideias políticas que então contribuíram para novos projetos sociais até a revoluções: o humanismo, a ecologia e a soberania universalista.

A lição apre(e)ndida após a leitura desse livro de Thomas Piketty é que os fatores Estado social e imposto progressivo são “ferramentas” poderosas que permitem transformar o sistema capitalista. Porém, esses mesmos fatores permitem estabelecer as bases de uma nova forma de socialismo democrático no instante em que ambos podem diminuir a desigualdade e aumentar a igualdade. As transformações sociais, tributárias e jurídicas são elementos fundamentais para se obter maior igualdade, mas requerem mobilização social e política; caso contrário não se avançara rumo a maior igualdade.

Ao final do livro, Piketty menciona que a luta pela igualdade prosseguirá, ainda mais quando se trazem à tona e se aprofundam as análises dos fatos históricos. Segundo o autor, algumas reparações históricas tendem a acontecer, algumas dívidas entre países deverão serem tratadas amiúde, com que o Direito Internacional ainda tem muito o que avançar nas interpretações e soluções para reparar equívocos – alguns extremamente terríveis – do passado.

As sociedades têm suas fragilidades, mas essas estão sendo cada vez mais conhecidas para que as oportunidades delas emergjam para o conjunto da população. Os debates pela igualdade têm pululado em todos os continentes via fóruns de debate acadêmicos e outras instâncias e instituições. Políticos, professores e autoridades são chamados, cada vez mais, a pensarem e a responderem sobre as mazelas históricas dos países, bem como a formularem soluções efetivas para elas.

Os movimentos em prol da igualdade se mostram acalorados em boa parte do mundo nesse momento. A verdadeira alternativa, segundo consta no livro, é um socialismo democrático, participativo, federal, ecológico e diversificado, em que todos – da população aos formuladores de políticas públicas – ofereçam e demandem respostas aos problemas humanos com o intuito de desenvolver novas formas de soberania universalista.

Esse livro se propõe, diante dos fatos históricos analisados, a concluir que a igualdade é a consequência das lutas e das revoltas frente às injustiças. Foram essas que permitiram transformar as relações de poder e derrubar as instituições sustentadas pelas classes dominantes a fim de transformar a sociedade no sentido de torna-la mais justa, igualitária e fraterna. O resumo do livro é: foi o combate pela igualdade e pela educação que permitiu o desenvolvimento econômico e o progresso humano, e não a sacralização da propriedade e da estabilidade.